



República da Guiné-Bissau  
Secretaria de Estado do Ambiente  
**Direção Geral do Desenvolvimento Durável**

**Projeto de Reforço de Capacidades e de Engajamento Civil e Político na Gestão dos Recursos Naturais**

**Relatório Trimestral**

Julho a Setembro de 2016

**Bissau, Setembro de 2016**

## **I. Contexto político económico e social**

A situação política do País continua estacionária há mais de 6 meses, depois de queda do 2º Governo do PAIGC, dirigido pelo Engº Carlos Correia. Já em Janeiro do corrente um grupo de 15 deputados do PAIGC juntou-se em Janeiro à oposição (Partido da Renovação Social, PRS), formando uma nova maioria e um novo governo - empossado pelo Presidente da República, atendendo à nova configuração parlamentar e foi validado pelo Supremo Tribunal de Justiça. Esta nova divisão no seio a PAIGC, bloqueou o parlamento e o país não tem programa de governo, nem orçamento de Estado aprovado. A 10 de Setembro, a CEDEAO, reuniu-se com o PAIGC, PRS e o grupo dos 15, entre outros actores políticos e conseguiu que as partes concordassem em "formar um governo de consenso e inclusivo para dirigir o país até as próximas eleições, em 2018", anunciava um comunicado final. Esta evolução pode ser positiva, demonstra a possibilidade de um entendimento entre as diferentes partes em conflito, permitindo o desbloqueamento das estruturas administrativas do estado e consecuentemente a implementação das actividades programadas no projecto que protende reforçar o engajamento civil e político na gestão de recursos naturais.

### **A nível económico**

As últimas previsões macroeconómicas do FMI para a Guiné-Bissau espera um crescimento de 4,8% do PIB para 2016. O facto deve, excepcionalmente haver boa campanha de caju (houve boa produção e colheita originada pela retarda da chuva) e os preços internacionais de caju-ter-sido particularmente elevado este ano. <sup>1</sup>

### **A nível social**

Não obstante o crescimento moderado na economia do País, o governo continua a financiar as actividades de 2016 com o orçamento do ano 2015, portanto toda este impasse político condiciona o funcionamento normal do estado fornecer bens e serviços essenciais as populações. Portanto o Governo não esteve em pleno exercício das suas funções, situação essa que aumenta a desgovernância dos recursos naturais e o efectivo engajamento dos decisores na gestão dos recursos naturais, comprometendo assim os objectivos do Projecto.

## **II. Resultados registados nos domínios de intervenção do Projeto**

**Resultados 1 do Projeto:** Os decisores políticos a nível nacional e regional assim como os quadros encarregues da gestão de recursos naturais renováveis e não renováveis têm conhecimentos científicos, jurídicos e comerciais ligados a gestão de recursos naturais.

Relativamente a este produto estava previsto a impressão do Manual de Sensibilização dos Decisores Políticos e organização de reuniões entre os responsáveis políticos, quadros e gestores de organizações comerciais e estrangeiros.

---

<sup>1</sup> Briefing Book for the RBA Director's Visit to Guinea Bissau.



Foi convidado um consultor independente com experiência a depositar a sua candidatura para o análise e enriquecimento do manual de sensibilização dos Decisores Políticos, com o objectivo de reduzir as lacunas de referências e citações e dos instrumentos legislativos de forma a : a) melhorar a consistência de informações e a qualidade especialmente a credibilidade junto ao público alvo (decisores políticos); b) Usar uma estrutura comum na parte principal em todos os capítulos (i. Introdução, ii. Resumo das principais preocupações, iii. Recomendações); c) Mostrar uma imagem ilustrativa e pertinente da Guiné-Bissau em cada capítulo, que demonstram a problemática ambiental; d) Colocar todos os textos em bom Português, paginar, num documento sintético, preciso, actualizado, interessante e de fácil leitura para os decisores políticos.

**Resultado 2 do Projeto:** As instituições responsáveis pela gestão dos recursos naturais renováveis e não renováveis nomeadamente CAIA, SEA, DGFF, DGGM, DGRH e SEPEM dispõem de um mecanismo de coordenação intersectorial e ferramentas básicas para uma melhor tomada de decisão.

- A elaboração da Política Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Durável (PNADD) prevista, não foi possível neste trimestre, porque o Consultor Internacional esteve disponível a viajar para Bissau somente a partir de 7 de Outubro. No entanto foram feitos vários esforços para preparação desta importante actividade nomeadamente a) Preparação dos Termos de Referência do Task Force (TF) que foi (anexado as cartas de convites enviadas às instituições solicitando indicação dos membros do TF) e preparação dos Termos de Referência para o recrutamento dos Consultores Nacionais que vão apoiar a elaboração da PNADD.

O processo da Regulamentação da Lei de Bases do Ambiente e a Lei da Avaliação de Impacte Ambiental não avançou. Houve uma tentativa de recrutamento directo de um Consultor Internacional para apoiar na análise e revisão dos Projetos Regulamentos (Fundo Ambiental, Inspeção Geral do Ambiente, Auditoria Ambiental, Licenciamento Ambiental, Participação Pública e Estudo do Impacte Ambiental e Social), que não chegou a concluir-se, porque não foi possível contratar um consultor directamente, apesar das negociações feitas, fomos obrigados a lançar o concurso internacional;

- O estabelecimento da regulamentação do Sector Mineiro estava prevista para este trimestre. Os comentários foram feitos nos Termos de Referência nos Meses de Maio a Agosto, mas o PNUD não conseguiu contactar os representantes da Direcção Geral de Geologia e Minas este trimestre para fazer avançar esta questão.
- Avaliação das capacidades humanas e institucional da Direcção Geral das Florestas e Fauna (DGFF) foi feita por um Consultor Internacional, (existe um draft que ainda não foi aprovado pelo Chefe do Programa). Quanto a mobilização de recursos financeiros para a DGFF, foi preparado um Memorando pelos técnicos das florestas e entregue ao Director Geral da Floresta. O Memorando continha informações a serem incluídas na carta que iria ser enviado ao Ministro de Desenvolvimento Durável do Senegal e para o Embaixador do Brasil. Até ao momento não houve a reacção da parte do DGFF, que foi solicitado de partilhar as cartas com o PNUD antes do seu envio às entidades supra citadas;



- Os seis Guias Sectoriais continuam em curso. Foi feita uma validação do guia do sector das Pescas a nível dos técnicos especialistas. Os guias dos (Recursos Hídricos, Pescas, Geologia e Minas, Infra-Estruturas, Florestas e Agricultura) estão na fase de introdução das informações gerais no canevis e preparação dos Pontos Salientes (PS) <sup>2</sup>, fornecidos pela equipa da gestão do Projecto. No entanto foi fornecido o PS para o guia Provisório de Petróleo e Gás que trata da exploração offshore para depois, ser partilhado, com um o técnico do Sector /Consultor Nacional (CN). Este CN deve se apropriar do documento, completar as informações fornecidas pela equipa de projecto e apoiar na organização e apresentação do documento num atelier interna com os quadros do sector. Posteriormente organizar um atelier com os promotores (pessoas que investem no sector ou donos do projecto).

Os resultados 1 e 2 do projecto contribuem (Programa de Acção PNUD 2016 – 2020) - Resultados 3.1: Instituições Nacionais têm a capacidade de formular, planear e implementar de forma sustentável os recursos naturais e de gestão das políticas ambientais.

**Resultado 3 do Projeto:** As comunidades locais dispõem de informações e de conhecimento sobre a gestão durável de recursos naturais renováveis e não renováveis.

**Resultado 4 do projeto:** Uma Plataforma Nacional para a gestão durável de recursos naturais renováveis e não renováveis é operacional.

Foram programados actividades que deveriam estar incluídas na elaboração da Política Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Durável que irá iniciar em Outubro de 2016.

Os produtos 3 e 4 contribuem para os produtos (Programa de Acção PNUD 2016 – 2020) - Resultados 3.2: As populações efectuam a preservação da biodiversidade e técnicas de gestão ambiental sustentável

**Resultado 5 do Projeto:** Gestão do projecto assente em resultados;

- Preparados os pedidos de pagamentos dos salários do Motorista e Assistente Administrativo do projecto referente aos meses do referido relatório ;
- Organizados os preparativos para o atelier com os quadros das Pescas para apresentação do guia sectorial de avaliação ambiental do sector;
- Feita uma reunião entre os responsáveis do PNUD e Director Nacional de Projecto (DNP) onde ficou decidido: a) o envio das cartas, da partes do SEA, a solicitar a indigitação dos membros do Task Force; b) organização de um atelier político sobre a governança ambiental e a Política Nacional e do Desenvolvimento Durável (PNADD) - Existe a acta;
- No dia 2 de Agosto de 2015 preparadas e realizada a reunião do Comité Pilotagem onde fez-se apresentação dos resultados do projecto e a primeira apresentação sobre a Política Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Durável. Neste reunião foi unanime entre os participantes que é

<sup>2</sup> Objetivo é de informar aos consultores os efeitos, medidas de mitigação/atenuação e outras informações importantes relacionadas com ao guia

essencial prolongar o projecto para mais um ano para acomodar os pedidos feitos pela (DGGM, DGFF e SEA) e que não foi possível realizar em 2016, atendendo que são necessidades indispensáveis para a gestão do ambiente e dos recursos naturais - Existe acta;

- Preparados os Planos de Trabalho Semanal;

### **Progresso em relação aos indicadores identificados e metas para produtos**

**Produto 1:** Os decisores políticos aos níveis nacionais e regionais, assim como os quadros responsáveis pela gestão dos recursos naturais renováveis e não renováveis possuem conhecimentos científicos, jurídicos e comerciais ligados à gestão sustentável dos recursos naturais.

#### **Metas:**

- Feito a análise e enriquecimento do manual de sensibilização dos Decisores Políticos - Não Atingido; em curso o documento a ser analisado e melhorado;
- Número de Decisores Políticos (H/F) <sup>3</sup> que receberam o manual de sensibilização- Não atingido; processo em curso;

**Produto 2:** As instituições encarregues da gestão dos recursos naturais renováveis e não renováveis- CAIA, SEAT, DGFF, DGGM, DGRH e SEPRH- dispõem de um mecanismo de coordenação intersectorial e de instrumentos de base para uma melhor tomada de decisões.

#### **Meta:**

- Percentagem da participação das instituições em reuniões da formulação da Política Nacional do Ambiente (PNADD) - Não Atingido em curso o processo de estabelecimento de Task Force para a formulação da PNADD;
- Existência de um documento de PNADD, incluindo o Mecanismo de Coordenação Intersectorial - Não atingido inicia em Outubro de 2016 como o descrito no Capítulo II;
- Existência de regulamentos da LBA e LAA - Não atingido; Depois de não entendimento com o consultor contactado, foi relançado o concurso para o recrutamento de um consultor internacional para revisão e análise dos seis regulamentos e posteriormente apoiar a realização do atelier nacional onde será adoptado a versão final juntamente com os Consultores Nacionais;
- Avaliação das capacidades humanas e institucional da DGFF- Atingido;
- Um Plano 2017- 2022 de formação, trabalho e mobilização dos recursos financeiros - Não Atingido; processo em curso,

---

<sup>3</sup> O indicador mudou dado a modificação da actividade



- Existência de um memorando de entendimento entre a DGFF e pelo menos duas instituições do mentor – Não atingido, processo em curso aguarda a carta da parte do Director Geral das Florestas e Fauna (DGFF) para o Ministro de Desenvolvimento Durável do Senegal;

**Produto 3:** As comunidades locais dispõem de informações e de conhecimentos sobre a gestão durável de recursos naturais renováveis e não renováveis.

**Produto 4:** Uma plataforma para a gestão durável de recursos naturais renováveis e não renováveis é operacional.

As actividades do produto 3 e 4 foram programadas como actividades incluídas na elaboração da Política Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Durável .

**Resultado 5 do Projeto:** Gestão do projeto assente em resultados;

- Preparados os pedidos de pagamentos dos salários do Motorista e Assistente Administrativo do projecto;
- Feitos os preparativos para o atelier com os Quadros das Pescas para apresentação do guia sectorial de avaliação ambiental do sector;
- Feita uma reunião entre os responsáveis do PNUD e Director Nacional de Projecto - Existe a acta;
- Preparadas e realizada a reunião do Comité de Pilotagem, onde fez-se apresentação dos resultados do projecto e a primeira apresentação sobre a PNADD - Existe acta;
- Preparados os Planos de Trabalho Semanal;
- Preparado o documento para auditoria do Projecto (inventário de Equipamentos);
- Preparado o FACE 2016 e 2015, ainda existe correções a fazer .

### III. Considerações dos aspetos transversais

Aspectos transversais como desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, género, juvenis, as mudanças climáticas, continuam a ser de interesse primordial nas planificações das actividades do projecto. Ainda foi tomada em conta na preparação dos procedimentos para a elaboração da PNADD aspectos da (adaptação e mitigação às climáticas, desertificação, REDD+ e gestão de território e outros princípios importantes a problemática em discussão).

Continuam os esforços sobre a mudança de mentalidade dos diferentes grupos de forma a dotar-lhes de uma postura mais apropriada sobre a gestão ambiental. Sempre que possível a gestão de projecto apoie para sensibilizar os Quadros sobre a mudança de atitude no que refere a produção de lixos não biodegradável.

#### **IV. Performance registada na gestão dos fundos**

No segundo trimestre do ano não foi feita nenhuma revisão orçamental. Portanto foram gastos 49 349.89 USD dos 402 850 USD planeados para 2016 correspondendo 12.3 % de execução. É de salientar que este gasto diz respeito aos produtos 1, 2 e 5 do projecto.

#### **V. Desenvolvimento de parcerias e mobilização de recursos**

- Neste trimestre não houve nenhuma tentativa de mobilização de recursos financeiros para o projecto.

#### **VI. Gestão de riscos**

Os riscos geridos foram associados a instabilidade política do País que teve implicações no alcance dos indicadores moneadamente no estabelecimento do Task Force para a PNADD. Para atenuar esse risco a equipa da gestão do projecto preparou e fez uma apresentação sobre os procedimentos para elaboração da PNADD, durante uma reunião de Comité de Pilotagem e depois para os quadros sénior do sector do ambiente, afim de facilitar a compreensão e apropriação dos procedimentos estabelecidos junto dos técnicos. Isto porque, mesmo com a instabilidade política a maquina do estado são os quadros especialistas a quem se incumbe toda a responsabilidade neste processo.

#### **VII. Constrangimentos e oportunidades**

Os *constrangimentos identificados* na implementação do projecto são:

- Com a permanência da instabilidade governativa o país corre risco de perder as promessas anteriores que poderão melhorar a governança dos recursos naturais e ambiente, impedindo qualquer programação a longo prazo. Estes são os grandes riscos encontrados. Todas estas situações influenciaram de forma negativa no cumprimento das metas preconizadas no quadro do projecto, os funcionarios mais que nunca, estão desmotivados, porque falta o apoio e condições de trabalho. Para contornar estes constrangimentos, a coordenação se empenha em contactos com os parceiros para uma possíveis parcerias a fim de reforçar as capacidades da DGFF;
- Falta de motivações dos Quadros nas instituições parceiras para dar respostas em tempo útil as solicitações feitas, influencia sobremaneira no cumprimento dos prazos estabelecidos para realização das actividades, a coordenação se incumbe em fazer alguns trabalhos com os consultores para agilizar o processo;
- Atraso no estabelecimento do Task Force e no recrutamento dos Consultores Nacionais (CN's) pode prejudicar o cumprimento da programação, porque o consultor Internacional chega e existe o risco de não ficar estabelecida o TF e seleccionados os CN's.

#### *Oportunidades*

- O governo não mudou as suas prioridades e mantém o antigo programa de governação - aquele que estabelece a biodiversidade como uma das áreas prioritárias, pilar da estratégia do desenvolvimento, aposta na conservação da biodiversidade de modo a atrair o investimento turístico e garantir a segurança alimentar, pode ser uma boa oportunidade para o projecto.

#### **VIII. Desafios, respostas e lições aprendidas**



*Os principais desafios* são:

- Maior desafio para a gestão do ambiente referem-se à capacidade de diferentes instituições se estabelecem uma boa coordenação, sinergia, que facilita a apropriação, legitimidade de participação e responsabilização na gestão sustentável dos recursos naturais;
- Regular os dispositivos Jurídico-legais em vigor, com vista a melhorar a gestão de recursos naturais. Neste contexto, o projecto pretende ~~continuar~~ desenvolver os instrumentos legislativos, de modo a melhorar as ferramentas de tomadas de decisões para a desenvolvimento sustentável.

*Lições aprendidas:*

- Os funcionários do Estado têm a noção sobre a gestão do ambiente e a sua relação com o desenvolvimento sustentável. Mas existe uma grande desmotivação por falta de meios financeiros e deorganização política;
- Há que iniciar a reflexão para o período pós-projeto, no sentido de consolidar os resultados e continuar o processo de implementação do plano de formação elaborado no quadro deste projeto.

## **IX. Recomendações**

Eis as principais recomendações:

### *Ao Governo*

- Que a coordenação do projecto continue no sentido de prosseguir com os esforços já iniciados para mobilizar parcerias e fundos adicionais;
- Que o governo continue os esforço iniciados no diagnostico da governância ambiental e dos recursos naturais e realize o atelier político para apresentação dos resultados desse estudo, convidando parceiros multilaterais, membros do governo e todas as pessoas implicadas no processo. Este atelier servirá para partilhar a informação sobre a ligação entre o diagnóstico da governância ambiental e dos RN e a elaboração da PNADD;
- Que o governo desencadeia esforço iniciados pelo projecto no sentido de desenvolvimento das capacidades a nível nacional e local, identificar e preencher lacunas importantes na gestão dos recursos naturais com a formação contínua dos técnicos, decisores políticos, ONG, OCB e OSC, através de elaboração de outros projectos, para dar continuidade ao plano de formação elaborado no quadro deste projecto.

### *Ao PNUD:*

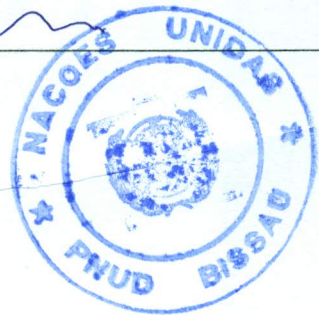
- Continuar apoiar o Governo na consolidação e articulação de diferentes políticas sectoriais, estratégia e planos através de uma assistência técnica, sendo da vocação do PNUD



- Ajudar o governo no reforço das capacidades grupos da comunicação social de modo a desempenharem as suas funções de promover a partilha de informação, sensibilização e educação ambiental;
- Agilizar os processos de recrutamentos dos Consultores para facilitar o cumprimento das programação.

**Assinatura**

<b>Para o Director Nacional do Projecto</b>	
Apelido e Nome:	Hatilde da Coorcenção Comdeo Lopes
Titulo:	A.M. em Ana do S.A
Assinatura:	<i>Hatilde</i>
	Data : 14/11/16
<b>Para a Gestão Projecto:</b>	
Apelido e Nome:	Junko Nakai
Titulo:	Spécialiste en environnement et énergie
Assinatura:	<i>Junko Nakai</i>
	Data: 9 novembre 2016



Plano de Trabalho de Outubro a Dezembro 2016

PRODUTOS ESPERADOS	ACTIVIDADES PROGRAMADAS e opções associadas	CALENDÁRIO			PARTE RESPONSAVEL	ORÇAMENTO PREVISTO		
		Out	Nov	Dez		Origem de Recurso	Descrição Órgão	Montante
<p><i>(Programa de Acção PNUD 2016 – 2020)</i></p> <p><i>Resultados 3.1: Instituições Nacionais têm a capacidade de formular, planejar e implementar sustentável dos recursos naturais e de gestão das políticas ambientais.</i></p>								
<p><i>Produto de Projeto 1: Os decisores políticos aos níveis nacionais e regionais, assim como os quadros responsáveis pela gestão dos recursos naturais renováveis e não renováveis, possuem conhecimentos científicos, jurídicos e comerciais ligados à gestão sustentável dos recursos naturais.</i></p> <p><i>Resultados esperados em 2016:</i></p> <p><i>– Manual de sensibilização dos decisores políticos e</i></p>	<p><i>1.2 – (Organizar reuniões entre os responsáveis políticos, quadros e gestores de organizações comerciais e estrangeiros – a realizar dentro a Actividade 2.1)</i></p>							
		<p><i>1.1 – Recrutamento de um Consultor para a análise e enriquecimento do manual de sensibilização dos Decisores Políticos</i></p>	X	X		PNUD	PNUD	71300



<p>dos quadros técnicos traduzidos e imprimidos.</p> <p>- 75% dos quadros acreditam em poder executar mais eficientemente a sua função do que antes da formação.</p>								500 USD
<b>Sub-total Produto do Projecto 1</b>								
<p><b>2</b></p> <p><b>Produto de Projecto 2:</b> As instituições responsáveis pela gestão dos recursos naturais renováveis e não renováveis---CAIA, SEA, DGFF, DGGM, DGRH e SEPRH---dispõem dum mecanismo de coordenação intersectorial e de instrumentos de base para uma melhor tomada de decisões.</p>	<p>2.1 - Elaborar a Política Nacional do Ambiente</p>		X	X	DGDD	PNUD	71200	34 880 USD
<p>Resultados esperados em 2016:</p> <p>- Política nacional sobre ambiente disponível.</p>	<p>2.2 - (Desenvolver planos intersectoriais dos recursos naturais através da implementação de mecanismo de coordenação - a realizar dentro da actividade 2.1)</p>		X	X	DGDD	PNUD	-	-
	<p>2.3 - Regulamentar a Lei de Bases do Ambiente e a Lei da Avaliação de Impacte Ambiental</p>		X	X	DGDD	PNUD	71200	6 000 USD
			X				71300	9 124

<p>– Regulamentação a Lei de Bases do Ambiente e a Lei da Avaliação de Impacte Ambiental elaborado.</p> <p>– Plano integrado da DGFF de trabalho, formação, e mobilização de recursos financeiros disponível.</p> <p>– 14 Guias sectoriais de avaliação de impacte ambiental e elaboração e guia de Avaliação Ambiental Estratégico e uma outra de Avaliação Económico Ambiental elaborado.</p>	<p>2.4 – Avaliar a capacidade humana e institucional, estabelecer um plano de trabalho, formação e mobilização de recursos financeiros para a DGFF</p>		X			DGFF	PNUD	71200	10 965 USD	
<p>2.5 – Regulamentação da Lei Mineira</p>	<p>2.6 – Rever os 14 guias sectoriais de avaliação de impacte ambiental e elaboração de dois guias intersectoriais</p>		X	X		CAIA	PNUD	71200	29 200 USD	
				X				PNUD	71300	23 200 USD
<p>2.7 – Elaborar um estudo sobre a rede piezométrica</p>	<p>2.7 – Elaborar um estudo sobre a rede piezométrica</p>		X	X			PNUD	75700	300 USD	
								PNUD	71200	-
Sub-total Produto do Projecto 2										
									129 169 USD	
Sub-total resultado 3.1 (Documento do Programa do País 2016 – 2020)										



Programa de Acção PNUD 2016 – 2020): Output 3.2: As populações praticar a preservação da biodiversidade e técnicas de gestão ambiental sustentável						129 669 USD
<p><u>Produto de Projecto 3:</u> As comunidades locais possuem informações e conhecimentos sobre a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis.</p>						
<p><u>Resultados esperados em 2016:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Vinte membros de organizações comunitárias e organizações não-governamentais em cada região participam nas reuniões para a formulação da política nacional do ambiente.</li> <li>– 40% da população de cada região com informações e conhecimentos sobre a política nacional do ambiente.</li> </ul>	<p>3.1 – (Organizar sessões de sensibilização e recolher dos conhecimentos sobre a sobre a gestão dos recursos naturais em Bafatá, Quinara e Gabu – a realizar dentro da actividade 2.1)</p>	X	DGDD	PNUD	-	
Sub-Total Produto do Projecto 3						0 USD



<p><b>Produto de Projecto 4: Uma plataforma nacional para a promoção da gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis, se encontra operacional.</b></p> <p><b>Resultados esperados em 2015:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 40 organizações comunitárias e organizações não-governamentais ao nível nacional identificado como membros da plataforma nacional para a gestão durável de recursos naturais renováveis e não renováveis.</li> </ul>	<p>4.1 – (Estabelecer uma base para a criação de uma plataforma nacional para promoção da gestão durável de recursos naturais renováveis e não renováveis – a realizar dentro da actividade 2.1)</p>		X	DGDD	PNUD		
<p>0 USD</p>							
<p>Sub-total Produto de Projecto 4</p>							
<p>0 USD</p>							
<p>Sub-total Resultado 3 (Documento do Programa do País 2016 – 2020</p>							



Gestão Operacional do Projecto

<p>O projecto será gerido de conformidade com os POPP do PNUD através dum/a equipa de apoio operacional. (Atlas ID -- Gestão Operacional)</p>	01 – Serviço de comunicação			X	PNUD	PNUD	72400	500 USD
	02 – Materiais informáticos e logiciels	X		X	PNUD	PNUD	72800	300 USD
	03 – Papelaria	X		X	PNUD	PNUD	72500	500 USD
	04 – Serviços contratuais	X		X	PNUD	PNUD	72100	2 147 USD
	04 – Apoio administrativo pelo/a um/a Responsavel do projecto	X		X	PNUD	PNUD	71400	8 000 USD
	06 – Apoio técnico da gestora do programa	X		X	PNUD	PNUD	71500	9 100 USD
	07 – Relatórios de desempenho trimestrais e anuais			X	DGDD	PNUD	-	-
	08 – Reuniões semestral do comité de pilotagem		X	X	PNUD	PNUD	75700	100 USD
	09 – Missões ad hoc	X		X	PNUD	PNUD	71600	4 000 USD
	10 – Missões de seguimento				PNUD	PNUD	71600	-
	11 – Combustível para uma viatura	X		X	PNUD	PNUD	72300	100 USD
	12 – Diversos	X		X	PNUD	PNUD	74500	300 USD
	13 – Seguro da viatura	X		X	PNUD	PNUD	74500	250 USD
								25 297 USD

TOTAL 2015

154 966 USD